

SENADORES DEFENDEM SERVIÇO PÚBLICO E REJEITAM REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Esta a manchete que gostaríamos de publicar.

Até o fechamento deste boletim, a votação no Senado ainda não havia nem começado.

Cartão Universitário: inteligente?

A “novidade” de lançamento de um cartão multiuso para ser adotado por estudantes, funcionários e docentes da Unicamp tem circulado pelo *campus* e tem colocado algumas inquietações para o conjunto da comunidade universitária. E essas inquietações merecem reflexão cuidadosa porque o uso de tal cartão dito inteligente interfere seriamente no cotidiano de todos nós.

Inicialmente, cabe assinalar que um cartão multiuso pode resolver alguns problemas práticos, como o controle necessário do acesso a certas dependências e bens da Universidade (computadores, laboratórios, biblioteca *etc.*). Isso é inteligente. Causa estranheza, no entanto, que outros usos sejam atribuídos a um mesmo car-

tão: usos comerciais (pagamento de restaurante). Isso já não é tão inteligente. Sobretudo porque o cartão em vias de ser lançado é financiado por um banco privado – o Banespa Santander.

Um cartão multiuso pode ser útil. Há, no entanto, uma necessidade imperiosa de estabelecer uma política clara que defina o perfil do tal cartão: os usos administrativos e funcionais considerados pertinentes pela comunidade universitária. Temos todos interesse em debater esse assunto e, sobretudo, interesse em espantar certos “fantasmas”: controle dos movimentos sociais? Controle de frequência nas greves?

Nada melhor do que uma boa conversa para esclarecer as dúvidas e estabelecer critérios realmente inteligentes para o tal cartão.

LIMINAR SUSPENDE A COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO GOVERNO ALCKMIN

Nesta terça-feira, 25 de novembro, foi publicada a concessão de liminar, em mandado de segurança coletivo promovido pela Adunicamp, em face a disposição contida na lei complementar 943/03 do Estado de S.Paulo que institui a cobrança de contribuição previdenciária na ordem de 5%. O Juiz José Walter Chacon Cardoso, titular da 8ª Vara Cível de Campinas, ao despachar o nosso pedido, processo 3361/03, entendeu que “há fortes indícios de que a legislação estadual em foco, ou seja, a Lei Complementar 943/03, é inconstitucional em vários pontos, em especial no que toca ao destino dos valores arrecadados, que não serão encaminhados ao ente previdenciário estatal e, sim aos cofres do Estado,...”. **A liminar concedida suspende o desconto da contribuição previdenciária para todos os associados da Adunicamp.** Muito embora tenhamos a vitória inicial de impedir a cobrança ilegal pretendida pelo Governo do Estado, ressalvamos aos nossos associados que esta decisão ainda não é definitiva, o que significa que pode até ocorrer a revogação da suspensão ora imposta. Neste caso, a cobrança de valores retroativos tornar-se-á possível, o que significa dizer que é prudente que os docentes façam a devida reserva deste valor.

A EKIKEKONÔMICA ABRIU O DEBATE E ELE CONTINUA

ELIO GASPARI

A Secretaria do Trabalho da Prefeitura de São Paulo oferece ao distinto público um documento intitulado “Desigualdade de Renda e Gastos Sociais no Brasil: Algumas Evidências para o Debate”. Seu autor é o secretário, professor Márcio Pochman. É uma resposta ao texto “Gasto Social do Governo Central: 2001-2002”, de autoria de nove doutores da ekikekonômica, assinado pelo ministro Antonio Palocci Filho, que foi ao ar há dez dias. Ambos estão na internet.

Ainda bem que o debate aconteceu, porque o manifesto da ekikekonômica diz coisas capazes de constrianger Herodes. Por exemplo: “Em resposta ao aumento das despesas primárias do governo central, principalmente com a Previdência Social, a carga tributária aumentou 3,5% do PIB no período de 1999 a 2002”.

Ou seja: a tunga tributária do tucanato deveu-se principalmente à choldra dos aposentados (FFHH e Lula aí incluídos, ambos postos à sombra da Viúva antes de completar 60 anos). As tabelas do doutor Palocci demonstram a rapina que os aposentados do andar de cima fazem no de baixo. Se Lula as visse, devolveria os R\$ 3.400 que acrescenta mensalmente aos R\$ 6.800 da Presidência.

A ekikekonômica sabe que, entre janeiro e setembro deste ano, a Viúva pagou R\$ 87,1 bilhões de juros (ou 7,8% do PIB) contra R\$ 711,1 bilhões (ou 6,3% do PIB) em benefícios previdenciários. Pela primeira vez na história, a doce banca conseguiu custar mais caro que a Previdência.

O estudo da secretaria paulistana lembra que, entre 2001 e 2002, as despesas do governo federal com juros bateram, de longe, as despesas sociais de natureza não contributiva. (Aqueles que não resultam da devolução de um dinheiro que a patuléia foi obrigada a entregar ao governo, como os pagamentos à Previdência.) Em 2002, as despesas com juros cresceram 32%. Os gastos sociais não contributivos ficaram onde estavam, pouco acima dos 6% do PIB.

Até aí, a discussão indica que, no seu nono ano de mandarinato, a ekikekonômica já mostrou que é chegada a uma ruína social, desde que a banca não se aborreça com isso. Nada de novo.

O confronto dos documentos surpreende quando chega ao capítulo do ensino.

A ekipe diz que, em 2002, o governo federal (chama-o de central, mas isso é coisa de burocrata internacional ou de bolchevique bem-educado) desembolsou cerca de 70% de seus gastos diretos com “o ensino superior [e] 13% com o ensino fundamental”.

Um absurdo. Gastar seis vezes mais com os doutores do que com as crianças pobres. Absurdo se fosse verdadeiro. São os governos estaduais e municipais que pagam cerca de 80% do custo do ensino fundamental. As universidades custam ao governo federal 0,5% do PIB, contra 2,1% no Chile e 1,2% na Itália.

Os dois trabalhos são instrutivos e revelam visões distintas de um mesmo problema. Se a ekipe tivesse qualificado melhor seus números da educação, seria possível dizer que são intelectualmente rigorosos.

O melhor momento da discussão talvez esteja numa tabela onde se aprende o seguinte:

- Se o Estado brasileiro não existisse, sumiriam o INSS, o Banco Central e a Receita Federal. Nesse caso, a renda média dos 10% mais ricos seria 38 vezes maior que a dos 10% mais pobres. Atenção: um metalúrgico que ganha R\$ 2.000 por mês está entre o que se denomina de “10% mais ricos”. Quem tem uma renda média de R\$ 10 mil, como Lula, fica no grupo do 1% mais rico.

- Havendo Estado, o andar de baixo ganhou um fresco com os programas sociais e a Previdência. A relação melhorou. Os mais ricos ficaram só 33 vezes mais abonados.

- Ela melhora de novo quando o Estado vai ao andar de cima e toma impostos diretos, como o de renda. O índice cai para 27. Nos Estados Unidos e na Europa, essa relação não chega a 20.

- Pindorama parecido com os EUA? Nem pensar. A cavalaria socorre os abonados dando-lhes a remuneração financeira. Os juros do governador Henrique Meirelles. Feito isso, os 10% do andar de cima ficam 29 vezes mais ricos que a patuléia. Será pouco?

- É pouco. Chegam os impostos indiretos. O ICMS dos BigMacs do dono da Mercedes e de seu motorista ou o IPI dos DVDs de Ronaldinho e do gandula. Ao fim dessa conta, os 10% mais ricos têm uma renda média 34 vezes maior que a dos 10% mais pobres. Mexeu, mexeu e ficou tudo igual.

Pelo andar da carruagem, a ekikekonômica resolverá o problema chamando de pobres as pessoas que vivem tensas por conta do câmbio, dos juros e da blindagem do carro. Passam a ser ricos aqueles que, livres desses constrangimentos, ainda recebem ajuda do governo. É uma maneira de ver o mundo.

Serviço. Os dois documentos estão nos seguintes endereços:

O de Palocci e sua equipe: www.fazenda.gov.br

O de Pochman e sua equipe: www.trabalhosp.prefeitura.sp.gov.br

Dirceu Bonaparte

O comissário José Dirceu decidiu invadir a Rússia. Quer processar o professor Francisco de Oliveira. Contratou advogado para ver se ele o chamou de “safado” e “espertalhão” durante uma palestra na UFRJ.

Chico de Oliveira tem a pertinácia da palma de catinga. Maior a adversidade, maior a sua resistência. Foi nesse espírito que, em 1979, ajudou a fundar o PT.

O professor vai brigar.

A greve de 2004

Um pedaço do governo planeja uma reforma do ensino universitário. Conjugará uma tunga salarial nos professores e, se possível, a cobrança de mensalidades aos alunos.

Outro pedaço planeja evitar uma das maiores greves estudantis de todos os tempos. 2004 é ano eleitoral.

INCENTIVO DADO A UNIVERSIDADE PRIVADA SUPERA DEDUÇÃO NO IR (TRECHOS DO TEXTO)

MARTA SALOMON

LUCIANA CONSTANTINO

Ao defender a ampliação dos financiamentos a estudantes pobres no ensino superior privado para aumentar o acesso à universidade, o Ministério da Fazenda deixou de dar destaque à renúncia fiscal a que parte dessas entidades tem direito. Só os cofres da Previdência deixaram de arrecadar R\$ 634 milhões neste ano das universidades privadas filantrópicas.

É mais do que custam as deduções das despesas com educação no Imposto de Renda -um dos grandes alvos da reforma proposta pela Fazenda no documento "Gasto Social do Governo Central", divulgado há dez dias. A Receita Federal deixará de arrecadar neste ano R\$ 626 milhões com o abatimento dos gastos com educação no Imposto de Renda da Pessoa Física.

A Fazenda avalia que esse último benefício fiscal privilegia os brasileiros mais ricos. E o fim da "proteção exagerada" aos brasileiros mais abastados é o que norteia o roteiro de reforma sugerido pela Fazenda. Uma reforma que o ministério prefere classificar de "diagnóstico". A renúncia das entidades filantrópicas à Previdência Social também supera o gasto de manutenção das instituições federais de ensino superior, de acordo com dados do Ministério da Educação. Neste ano, serão gastos R\$ 551 milhões. Não estão incluídas aí as despesas com folha de pagamento, o maior custo do ensino superior público.

As entidades ditas filantrópicas são obrigadas por lei a conceder o equivalente a 20% do faturamento em

bolsas a estudantes pobres. Em sucessivas auditorias realizadas nos últimos anos, a Previdência constatou que a regra é desrespeitada em todo país.

Em troca da suposta benemerência, as filantrópicas têm isenção da quota patronal de 20% sobre a folha de salários para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), além de outros impostos. A Receita Federal não divulga dados sobre o custo dos benefícios tributários a essas instituições.

Apontado pela Fazenda como melhor caminho para ampliar o acesso ao ensino superior, os financiamentos a estudantes da rede privada contarão no ano que vem com R\$ 829,2 milhões, 23% a mais do que neste ano.

Nos últimos cinco anos, o Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) consumiu pouco mais de R\$ 2 bilhões, e 300 mil alunos se beneficiam dos empréstimos, a maioria com renda familiar entre três e cinco salários mínimos. O dinheiro extra no ano que vem será insuficiente para atender à demanda por empréstimos. Em 2003, mais de 200 mil alunos pediram financiamento, mas só 73 mil puderam ter acesso ao fundo.

Na opinião do ministro Cristovam Buarque (Educação), uma alternativa para atender aos universitários carentes é a concessão de bolsas de ensino na rede privada pagas pela União. Em contrapartida, esses alunos prestariam serviços sociais, como a participação em programas de alfabetização. A proposta, que prevê beneficiar 30 mil estudantes e precisa de aprovação do Congresso, está na Casa Civil.

FAZENDA REPETE DIAGNÓSTICO DE FHC (TRECHOS DO TEXTO)

ANTÔNIO GOIS

JULIA DUAILIB

O documento preparado pelo Ministério da Fazenda para discutir o destino dos gastos sociais federais repete o mesmo diagnóstico feito pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso durante seu governo (1995-2002).

O estudo concluiu que o governo federal já gasta muito na área social, mas que parte do dinheiro acaba sendo apropriada pelos mais ricos. Estão no estudo exemplos como o investimento público nas universidades federais, a desigualdade na Previdência e as deduções dos gastos com educação e saúde no Imposto de Renda da Pessoa Física e da Pessoa Jurídica.

A verba destinada às universidades federais é um dos pontos citados como direcionamento do gasto para os mais ricos. "Cerca de 46% dos recursos do governo federal para o ensino superior beneficiam apenas indivíduos que se encontram entre os 10% mais ricos da população", diz o estudo.

"Fico pasma de ouvir órgãos governamentais desse governo repetirem um discurso que imaginava já ultrapassado e de forte viés ideológico. Eu pensei que esse fosse um discurso de ontem, e não do PT", afirmou a presidente da Andifes, que representa os reitores federais, Wrana Panizzi.

Para Paulo Elias, professor da Faculdade de Medicina da USP e especialista em políticas de saúde, o docu-

mento erra ao ter um enfoque fiscal. "O sistema de saúde não existe para diminuir custos. E sim para responder às necessidades. É melhor que seja barato, mas esse não pode ser o objetivo".

Schwartzman é autor de um estudo que compara o perfil dos universitários da rede pública com o dos alunos das instituições particulares a partir da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2001 do IBGE.

O estudo mostra que o perfil do estudante da rede privada (renda média familiar de R\$ 3.236) é mais elitista do que o da pública (R\$ 2.436). Isso não significa, segundo o autor, que a rede pública não seja elitista. Para Saboia, da UFRJ, o fato de os estudantes da rede pública terem perfil elitista não justifica a cobrança de mensalidade para os que podem pagar.

Panizzi avalia que o documento erra ao considerar os recursos da educação como gasto, não como investimento. "Hoje, os aviões são o terceiro item mais importante de nossa pauta de exportação. A Petrobras, que produzia 155 mil barris de petróleo por dia em 1973, produz 1,5 bilhão. Nos últimos dez anos, nossa produção de grãos cresceu 76%, enquanto a área cultivada aumentou apenas 22%. Esses avanços só foram possíveis porque as universidades públicas formaram quadros e investiram em pesquisa", afirma.

A LUZINHA DO CELULAR

JOÃO SAYAD

Posso cantar e ouvir “Chão de Estrelas” sem pagar nada. Pitágoras nunca recebeu nenhum tostão pelo teorema nem o prof. Sabin pela vacina antípólio. Não prejudico ninguém: todos podem ouvir a mesma música, conhecer o mesmo teorema e tomar a vacina. É difícil vender conhecimento e arte pelo preço que represente o verdadeiro valor dessas coisas.

Conhecimento e arte são bens públicos. As universidades têm a função de ensinar e aprender em todas as áreas do conhecimento humano -teologia e humanidades, ciências e artes. Formam professores capazes tanto de produzir, copiar, entender e criticar novos conhecimentos e novas expressões artísticas quanto ensinar aos alunos e a sociedade.

Não conseguem “cobrar” pelos serviços prestados pois são públicos, isto é, podem ser “roubados” ou usados por qualquer um.

Por isso, as melhores universidades do mundo são públicas. Harvard, Yale, Cambridge, a Universidade de Paris, do México, de Tel Aviv e de São Paulo são financiadas pelo governo ou por doações particulares. São organizações sem fins lucrativos, porque não conseguem “vender” o que produzem. Não dão lucro. Somos todos “consumidores” dos seus serviços, e muitas fortunas do setor privado são feitas a partir dos conhecimentos criados pela universidade: a Microsoft, a Monsanto, a Embraer, a Petrobras e muitas outras.

Será que a universidade brasileira pública não poderia diminuir um pouco o seu peso nas despesas do governo federal, cobrando anuidades dos alunos cujas famílias ganham mais do que a renda média (R\$ 850 por mês)? Não pode.

Boa universidade é feita de três coisas: bons professores, bons alunos e boas bibliotecas. Bons alunos são escolhidos por mérito, e não porque podem ou não podem pagar.

Nos EUA a universidade pública tem alunos que aparentemente “pagam”. Mas os bons alunos são de fato “comprados” com bolsas distribuídas generosamente pelas universidades, como os times de futebol que gastam fortunas com bons jogadores. A universidade americana é gratuita para bons alunos que criam o ambiente propício para ensino e aprendizado. Na escola primária americana, alunos de regiões mais ricas são transportados compulsoriamente por ônibus (“busing”) para melhorar o nível e o ambiente das escolas de regiões mais pobres.

Em geral, bons alunos vêm de famílias com maior formação educacional, o que pode coincidir com os grupos mais ricos. Bons alunos de certa forma também são bens públicos.

O que aconteceria com a universidade brasileira se começássemos a fazer justiça no país (de forma fragmentada e começando, por azar, pela educação universitária) aceitando como gratuitos apenas alunos de famílias que não pudessem pagar e cobrando anuidades dos alunos que podem pagar?

O passe dos melhores alunos poderiam ser “comprados” com bolsas das universidades pagas e lucrativas. O nível da universidade pública cairia. O aluno que não pode pagar frequentaria uma universidade de pior qualidade.

Resultado: ficaríamos com uma universidade pior, com um pouco mais de dinheiro e muito menos bons alunos. O dinheiro adicional continuaria sendo insuficiente para financiar pesquisas, áreas básicas de conhecimento, o professor de física quântica ou o teórico brilhante que não dá aulas.

Todos perdem. Perde você, que não tem filhos na escola, mas passaria a viver num país com juízes, cineastas, senadores, poetas, médicos e ministros com formação de menos qualidade.

Mesmo que não usemos o serviço de nenhum desses profissionais diretamente eles estão aí, pelo país, modificando, com seus conhecimentos, a qualidade de todas as áreas da vida nacional.

Nesta noite, quando for dormir, deixe o celular ligado na tomada e apague todas as luzes do quarto. A luzinha minúscula do celular é capaz de iluminar o quarto todo. Nem precisa acender o abajur para ir ao banheiro. Bem público é como luz -atinge todos, mesmo que focalizada num ponto qualquer.

A universidade pública brasileira é a mesma coisa. Uma pequena luzinha de conhecimentos básicos, de humanidades e de ciências que os sovinas pensam que “iluminam” mais alunos com renda acima da miserável média brasileira, mas que de fato iluminam toda a imensa sombra nacional causada pelos economistas “economizadores” e por tantos anos de estagnação.

Em tempo: o orçamento das universidades e de todos os centros de pesquisa federais será de R\$ 9 bilhões em 2004. Em 2003, gastamos R\$ 160 bilhões com o pagamento dos juros da dívida pública federal.

CONSCIÊNCIA NEGRA

No dia 20 de novembro, Campinas e várias outras cidades homenageiam o Dia da Consciência Negra. Por considerarmos fundamental o respeito e o apoio à cultura afro-brasileira e às lutas contra o racismo e pelos direitos civis de todos os brasileiros, a Adunicamp, representando os docentes da Unicamp, associa-se a essas homenagens.

Durante a semana de 17 a 23 de novembro, uma bandeira com as cores do movimento negro esteve “hasteada” em nossa sede.

Fernando Piva / Adunicamp

